REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

PARECERES DESCRITIVOS: DISCURSOS QUE CONSTITUEM OS DOCENTES E AS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

DESCRIPTIVE REPORTS: DISCOURSES THAT CONSTITUTE THE TEACHERS AND CHILDREN IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Ciências Humanas • 21/04/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/776646576

Swelen Freitas Gabarron Peralta
Frederich Jahnel
Elanx David de Souza Lima
Oscar Serrano Silva

RESUMO

Esse trabalho parte da contextualização histórica vivenciada no primeiro semestre do ano de 2025 no Cmei Professora Dorinha Luci Mosson Trazskos, em Araucária-PR. A Educação Infantil, historicamente no município, passou por diversos percursos políticos e sociais para que hoje, as chamadas “professoras de educação infantil” alcançassem esse cargo e fossem incluídas na categorização de profissionais do magistério com a inserção da categoria no sindicato e nas prerrogativas legais presentes no município que subsidiam a carreira do profissional do magistério municipal. Deste modo, as ações no que competem as escritas dos documentos necessários para a avaliação na educação infantil, como é o caso do parecer descritivo, demandam estudo, reflexão e apropriação para que as ações sejam compreendidas e levadas até as famílias, com escritas que visem a integralidade da criança na educação infantil. A análise sobre os Pareceres Descritivos se deu numa sala de infantil 5, turma B, em como as professoras observavam as crianças e como o documento era escrito e como foi entregue para as famílias no término do primeiro semestre. Tendo como aporte teórico autores que estudam a infância e a criança na vertente da Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural, como Martins (2013), Prestes (2010), Pasqualini (2022), Lazaretti (2022), Claro e Cossentin (2019) e documentos municipais. Desta forma, pudemos perceber que as concepções pedagógicas docentes ainda não convergem com a proposta pedagógica que consta nos documentos oficiais do município, e que o instrumento de avaliação das crianças necessita de orientação, revisão e estudo para que atinja os fins propostos.

Palavras-chave: Educação Infantil; Parecer Descritivo; Valorização Docente; Araucária; Pedagogia Histórico-Crítica.

ABSTRACT

This work stems from the historical context experienced in the first semester of 2025 at the Cmei Professora Dorinha Luci Mosson Trazskos, in Araucária-PR. Historically, early childhood education in the municipality has undergone various political and social processes so that today, the so-called "early childhood education teachers" have achieved this position and been included in the categorization of teaching professionals, with the category's inclusion in the union and the legal prerogatives present in the municipality that support the career of municipal teaching professionals. Thus, actions related to the writing of documents necessary for evaluation in early childhood education, such as the descriptive report, demand study, reflection, and appropriation so that the actions are understood and conveyed to families, with writings that aim for the integral development of the child in early childhood education. The analysis of the Descriptive Reports took place in a kindergarten 5-year-old classroom, class B, focusing on how the teachers observed the children, how the document was written, and how it was delivered to families at the end of the first semester. The theoretical framework was based on authors who study childhood and children from the perspectives of Historical-Critical Pedagogy and Historical-Cultural Psychology, such as Martins (2013), Prestes (2010), Pasqualini (2022), Lazaretti (2022), Claro and Cossentin (2019), and municipal documents. Thus, we were able to perceive that the teachers' pedagogical conceptions do not yet converge with the pedagogical proposal contained in the municipality's official documents, and that the instrument for evaluating children needs guidance, revision, and study to achieve its intended purposes.

Keywords: Early Childhood Education; Descriptive Report; Teacher Appreciation; Araucária; Historical-Critical Pedagogy.

RESUMEN

Este trabajo se basa en el contexto histórico vivido durante el primer semestre de 2025 en el Cmei Professora Dorinha Luci Mosson Trazskos, en Araucária, PR. Históricamente, la educación infantil en el municipio ha atravesado diversos procesos políticos y sociales, lo que ha llevado a los llamados "profesores de educación infantil" a alcanzar esta posición y a ser incluidos en la categoría de profesionales de la enseñanza, gracias a la incorporación de esta categoría al sindicato y a las prerrogativas legales del municipio que respaldan la carrera de los profesionales docentes municipales. Por lo tanto, las acciones relacionadas con la elaboración de documentos necesarios para la evaluación en educación infantil, como el informe descriptivo, requieren estudio, reflexión y apropiación para que las acciones sean comprendidas y transmitidas a las familias, con textos que buscan el desarrollo integral del niño en la educación infantil. El análisis de los Informes Descriptivos se realizó en una clase de jardín de infantes de 5 años, clase B, centrándose en la observación de los niños por parte del profesorado, la elaboración del documento y su entrega a las familias al final del primer semestre. El marco teórico se basó en autores que estudian la infancia y los niños desde las perspectivas de la Pedagogía Histórico-Crítica y la Psicología Histórico-Cultural, como Martins (2013), Prestes (2010), Pasqualini (2022), Lazaretti (2022), Claro y Cossentin (2019), y documentos municipales. Así, pudimos percibir que las concepciones pedagógicas del profesorado aún no convergen con la propuesta pedagógica contenida en los documentos oficiales del municipio, y que el instrumento de evaluación infantil requiere orientación, revisión y estudio para alcanzar sus objetivos.

Palabras-clave: Educación Infantil. Informe Descriptivo. Valoración Docente. Araucária. Pedagogía Histórico-Crítica.

Um Breve Histórico

O ano é 2021, em dezembro, a administração municipal aprova a Lei nº 3820/2021[1], está que é um marco para a Educação Infantil do município de Araucária. A partir desse momento os Educadores II que atuavam nos mais de 40 Centros Municipais de Educação Infantil (Cmeis) passaram a compor a carreira do magistério municipal. Muitos se perguntam o que isso quer dizer; além da valorização expressiva da carreira, pois o título de "docente" possui um peso maior na sociedade do que de um "educador", o fator trabalhista é o que mais importa. Esses profissionais que antes pertenciam ao Quadro Geral passaram a ser reconhecidos no Quadro Próprio do Magistério, com direito a aposentadoria especial com 25 anos de contribuição, inserção no Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Magistério Municipal, direito a hora-atividade de 33%, cumprimento integral do calendário escolar, com direito aos recessos e férias instituídas por este e principalmente, valorização da profissão que, historicamente é nova no Brasil.

Como foi descrito, parece que da noite para o dia esses Professores de Educação Infantil foram valorizados e reconhecidos perante a importância que a sua função tem no desenvolvimento das crianças que frequentam os Cmeis. Infelizmente sabemos que a realidade não é bem assim, e que ainda, esses professores carecem de reconhecimento da função, equiparação salarial, melhores condições de trabalho e formação para que a sua atuação seja pautada em princípios claros que subsidiem o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças.

Desta forma, por mais que a cidade de Araucária tenha instituído seu sistema próprio de educação, segundo explicitado por Peralta

(2024, p. 87/88):

> *Assim, desde a promulgação da Lei Municipal nº 1527/2004, que instituiu o Conselho Municipal de Educação, como "órgão colegiado, integrado ao Sistema Municipal de Educação, de natureza participativa e representativa da comunidade na gestão da educação (Art. 1º).*
> *"O município de Araucária passou a subsidiar, como segue a lei: O*
>
> *Conselho Municipal de Educação exercerá as funções de caráter normativo, consultivo, deliberativo, fiscalizador, mobilizador, propositivo e de controle social sobre a formulação e o planejamento das políticas de educação do Município. (ARAUCÁRIA, 2004. p.4)*
>
> *Partindo dessa legalidade, o então Sistema Municipal de Educação instituiu sua primeira Diretriz Municipal de Educação em 2004, com a continuidade da sua concepção pedagógica ser histórico-crítica, seguindo a normativa do governo estadual. (PERALTA, 2024, p. 87/88)*

no ano de 2004, somente no ano de 2009 a educação infantil começou a ter documentos comprobatórios sobre a atuação curricular no sistema de ensino. Com a Diretriz Municipal de Educação de 2012, esta que está em vigência até os dias atuais, foi

que a educação infantil passou a ter um capítulo delineando o que a concepção pedagógica municipal espera dessa modalidade de ensino.

Com a promulgação da BNCC em 2017, todos os documentos oficiais tiveram que passar por ajustes para atender a nova lei federal instituída. O município realizou os diversos estudos e adaptou a sua organização curricular seguindo os pressupostos elencados procurando manter a sua concepção de base para que os profissionais da educação continuassem com o trabalho pautado na Pedagogia Histórico-Crítica.

Tendo concluído esses estudos e sistematizações, hoje o município segue o documento denominado: Organização Curricular de Araucária: Um compromisso com o direito ao conhecimento. A partir deste, outros documentos foram disponibilizados pelo Departamento de Educação Infantil visando subsidiar o trabalho dos professores de educação infantil e ser o suporte para as formações oferecidas a esses profissionais em efetivo serviço.

O estudo se pauta em como se deu o movimento da escrita dos pareceres, nesse primeiro semestre de 2025, no chamado carinhosamente por Cmei Dorinha, na cidade de Araucária. A dupla de professoras regentes da turma do Infantil 5B, mediante as dificuldades apresentadas, aceitaram o desafio de rever o documento, refletir sobre as práticas desenvolvidas em sala e começar as mudanças na forma de registrar e observar as crianças nesse primeiro semestre, subsidiando desta forma, o trabalho apresentado.

Desta forma, a metodologia pautada no Materialismo Histórico-Dialético é utilizada para que as concepções de trabalho e educação sejam discutidas e analisadas. Partindo de autores que se utilizam desse método para realizar as suas proposições sobre a educação infantil, o exposto está subsidiado. Entendemos que além de fazer parte do escopo da concepção pedagógica municipal, essa metodologia é elencada pelas autoras por fazer parte do que acreditam enquanto educação e sociedade, uma vez que segundo Sousa (2014): “As pesquisas realçam as críticas e o compromisso do estudo em denunciar ideologias ocultas ou implícitas. Preocupação em desvelar os pressupostos de discursos sociais, contradições e interesses antagônicos”. O autor ainda diz que no que se refere aos pressupostos ontológicos, a concepção de homem é determinada pelo “contexto econômico, político, cultural e transformador, ao mesmo tempo”.

Nesse sentido, a abordagem materialista histórico-dialética vem ao encontro do que acreditamos enquanto pressupostos para o entendimento científico da realidade à medida que ainda preconiza o estabelecimento de uma relação que tem como referência a dinâmica entre sujeito e objeto bem como o reconhecimento da luta dos contrários como fonte do conhecimento.

Explicitado o que compete o escrito, passaremos para as observações realizadas no campo descrito, um Cmei do município de Araucária, turma infantil 5 B.

Avaliação, Um Fim em Si Mesma?

O município de Araucária elenca que o Parecer Descritivo é esse documento formal de avaliação das crianças de zero a cinco anos

que estão matriculadas no sistema de ensino oficializado pelo artigo 29 da resolução nº 11 de 2021 do Conselho Municipal de Educação de Araucária. Esse documento é elaborado pelo professor, semestralmente, como documento que demonstra o percurso de aprendizagem e desenvolvimento dos bebês/crianças, a partir das observações e registros feitos ao longo do período e das reflexões feitas nas horas-atividades, pré-conselhos e conselhos de classe em conjunto com a equipe que acompanha a criança, ou seja, professores regentes, professores de organização do tempo pedagógico (os que cobrem as horas-atividades) e equipe pedagógica-administrativa.

Ainda, na prerrogativa legal, o parecer descritivo, acompanha a criança na mudança de instituição, seja esta dentro do município ou fora deste. É o documento que subsidia as ações e resultados elencados pelo professor para o desenvolvimento integral das crianças.

Mas, para tanto, o professor precisa entender a grandiosidade e complexidade desse documento para que ele não se torne mais uma demanda estritamente burocrática e que se finda na sua escrita, não considerando as reflexões existentes no processo inicial e final.

Claro e Cossentin (2019), discorrem que:

> *Logo, ao tratar de avaliação também é necessário abordar sobre todos os aspectos que circundam o trabalho pedagógico da escola e que acabam por definir concepções e formas de avaliar, pois, concepções que norteiam o trabalho pedagógico engendram o pensar as formas de avaliação construídas. (CLARO E COSSENTIN, 2019, p. 110)*

Desta forma, concordamos com o que Lazaretti e Melo (2018, p. 117) afirmam que: "Esse desafio se torna ainda mais espinhoso quando estendido para a educação infantil, tendo em vista que há um construto por alguns pesquisadores da área de que essa etapa educacional deve privilegiar o *não–ensino.*" Assim, além da rede de ensino ter pressupostos claros do que se espera para essa etapa da educação, o professor deve compreender qual é o seu papel no trabalho pedagógico com as crianças e o que e como deve ser ensinado e posteriormente, avaliado.

Contudo, segundo Claro e Cossentin (2019, p. 119) "só se sabe o que avaliar após os objetivos a serem alcançados terem sido definidos", todavia, quando os objetivos não são definidos, os professores caem na cultura meritocrática da avaliação; aquela que é realizada sem reflexão e que visa a categorizar os melhores e piores. Isso não ocorre somente com notas, mas sim, com conceitos, pois quando nos deparamos com adjetivos que descrevem as crianças como inteligentes, educadas, comportadas em comparação com as que não se concentram, as que não permanecem sentadas e/ou as que não concluem as atividades, presenciamos claramente os conceitos

de uma sociedade meritocrática que procura a gratificação e a punição das crianças nas atividades realizadas:

> *Ao compararmos as crianças uma com as outras, as "mais inteligentes com as mais fracas" estamos buscando um ideal de aluno, uma criança perfeita que na realidade não existe. Não existe na medida em que compreendemos que cada criança se desenvolve de um jeito diferente, e que esse desenvolvimento não é linear. (CLARO; COSSENTIN, 2019. p. 123)*

Segundo Martins (2015), os processos de aquisição das particularidades humanas são desenvolvidos através das relações intra e inter pessoais oferecidas na mediação dos outros indivíduos, nesse caso, o professor, e por meio dos processos educativos.

Ainda, para que esses processos ocorram, Martins (2015) destaca que "a educação escolar como processo privilegiado para, no âmbito da transmissão dos conhecimentos, opor-se as referidas desigualdades." Ou seja, na sociedade de classes, meritocrática e desigual a qual vivemos, a revolução se dá a partir da educação, e quando o professor pertencente a uma concepção pedagógica que preconiza esses conceitos, como é o caso dos docentes do município de Araucária, não enxergam os processos educativos na sua totalidade estão indo contra o que preconiza a pedagogia histórico-crítica e a psicologia histórico-cultural, focando nas dificuldades e nas observações limítrofes, esquecendo do todo, em como cada indivíduo percebe as interações e na superação dele com ele mesmo.

Para que esses processos ocorram, há de se conhecer a especificidade da educação escolar, seus objetivos e finalidades. Segundo Saviani (2013, p. 13) desta forma:

> *[...] o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo.*
> *Quanto ao primeiro aspecto (a identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados) trata-se de distinguir entre o essencial e o acidental, o principal e o secundário, o fundamental e o acessório. Aqui me parece de grande importância, em pedagogia, a noção de "clássico", [...] O clássico é aquilo que se firmou como fundamental, como essencial. (SAVIANI, 2013. p. 13)*

Para atingir o conceito de clássico, o professor precisa compreender que na educação infantil precisamos ter um currículo claro e objetivo do que deve ser preconizado e refutado, Saviani em seu livro *Pedagogia Histórico-Crítica – primeiras aproximações* (2013) já deixava exposto que não podemos perder de vista o que é fundamental e o que é secundário na composição dos conteúdos, pensemos em planejamento também, pois quando há trabalho com conteúdos isolados feitos por meio de projetos, datas comemorativas e/ou aleatórios, a função educativa se esvazia ou como explica Lazaretti (2013): "Em outras palavras, a escola de

educação infantil deve proporcionar as condições necessárias para o desenvolvimento das complexas habilidades e capacidades humanas por meio da mediação da aprendizagem escolar.”

Assim, levar em conta se a criança sabe as letras do alfabeto, os números, a escrita do nome com auxílio ou sem, torna o ensino vazio, sem conceitos formativos do que se espera com essas atividades, quais foram as habilidades adquiridas e/ou desenvolvidas pelas crianças? Ou foi somente uma observação pautada em dizer sim ou não? Quando o parecer descritivo se torna um apanhado de atividades nas quais são elencadas um certo e um errado estamos falhando na observação dos cotidianos da infância, no desenvolvimento infantil, na formação humana omnilateral, em uma perspectiva de humanização.

Um dos documentos norteadores da Rede Municipal de Educação de Araucária, o livreto denominado: Planejamento e Avaliação, explicita que:

> *Os saberes não são neutros, mas expressam uma axiologia de um determinado período histórico. Nesse sentido, as atividades planejadas na educação infantil não podem ir contra as características das infâncias que aprendem por meio das interações e das brincadeiras.*
>
> *Planejar e desenvolver propostas na educação infantil que estimulem a curiosidade e a imaginação da criança implica que o professor tenha como base o estudo da teoria que sustenta a sua prática pedagógica, tornando este estudo e esta teoria em atitudes e posturas no cotidiano.*
>
> *Quando o professor, consciente de sua atribuição, enquanto profissional da educação, organiza o seu trabalho antecipadamente em seu planejamento, está considerando a relação professor – criança e a importância da sua prática educativa para a apropriação do saber e assim materializando e cumprindo o papel social da escola[...] (ARAUCÁRIA, 2023. p.4)*

Desta forma, com a equiparação dos direitos dos docentes de educação infantil aos docentes do ensino fundamental no que compete a execução da hora-atividade de 33% se torna substancial para que estes delimitem e se aprofundem no que compete o ato de planejar, para que posteriormente a avaliação seja concisa com o explicitado a criança, pois além de elaborar o planejamento o professor deve garantir o direito a aprendizagem dos bebês e crianças dentro do esperado para o seu desenvolvimento.

Para que os agentes envolvidos nesse processo de ensino e aprendizagem entendam a importância que o ato de planejar tem na educação infantil, o engajamento com a equipe pedagógica é primordial para que a criança seja entendida na sua especificidade e que os conteúdos elencados realmente agreguem a importância para a estimulação contínua com uma aprendizagem significativa.

Ainda, o docente deve conhecer a legislação que norteia o seu trabalho, para que a partir desta, a sua prática pedagógica ganhe forma e se insira no binômio que é fundamental para a educação infantil: o cuidar e educar. O professor desde o momento que chega na unidade de educação infantil precisa ter claro a intencionalidade pedagógica é essencial para a composição do seu planejamento e posteriormente para a sua avaliação, ou seja, a escrita do parecer sobre esta. Conhecer o grupo que compõe a turma, suas preferências, contextos sociais, cognitivos e motores, são fundamentais para a composição das atividades e para o envolvimento dos pequenos com o que será proposto.

Não podemos deixar de destacar que o sistema de ensino da rede municipal de Araucária tem como base na sua concepção pedagógica a pedagogia histórico-crítica, esta que afirma que a educação é “o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (Saviani, 2011. p. 13). Assim, o docente tem que ter ciência no seu ato de planejar que a “educação como mediação no interior da prática social, situa a referida prática social como ponto de partida e ponto de chegada da prática educativa” (Saviani, 2020. p.270). Para tanto, o autor ainda salienta que “os professores previamente compreenderem a historicidade do mundo atual, capacitando-se a identificar os

componentes educativos nele albergados.” (p.271), desta forma, a criança passará a ser entendida e ensinada na sua integralidade, fazendo com que o momento catártico ocorra e assim, atingindo a uma nova, e mais elaborada, prática social.

Saviani (2020), ainda explicita que:

> *Em suma, desde as escolas de educação infantil a diretriz a ser seguida deve levar em conta que o trabalho pedagógico escolar incide sobre o conhecimento elaborado e não sobre o conhecimento espontâneo; sobre o saber sistematizado e não sobre o saber fragmentado; sobre os conceitos científicos e não sobre as noções do senso comum [...]. (SAVIANI, 2020. p. 274)*

Sendo assim, a educação infantil e os processos pedagógicos que competem a essa etapa da educação básica não pode ser subestimada e nem realizados na sua superficialidade, cabe o estudo e entendimento dos pressupostos educativos e de desenvolvimento infantil para que os docentes e equipe pedagógica possam ensinar aos bebês e crianças na educação infantil. Partindo do exposto, iremos apresentar como aconteceu a escrita dos pareceres descritivos na referida turma observada.

Relatar para Julgar Ou para Encantar?

O instrumento designado como Parecer Descritivo foi compartilhado com os professores do Cmei Dorinha a partir de

pastas compartilhadas no *Google Drive* com um texto pré-elaborado, visando a facilitar a escrita do documento. Num primeiro momento, como a diretora e pedagoga eram novas na unidade, realizaram o compartilhamento sem questionamentos, mas, quando os textos começaram a ser escritos, os problemas vieram à tona.

A primeira questão evidenciada, foi de que o texto modelo serviu de texto base para todos os escritos, em todas as turmas, deixando o documento com um ar de que a criança do infantil bebê realizava e era observada com os mesmos critérios da criança do infantil 5. Foi nessa primeira leitura que a equipe pedagógica-administrativa refletiu sobre o que fazer.

Parecia simples, mas, o próximo entrave surgiu: O grupo de professores “não sabia” escrever de outra forma e não era instigado a observar as crianças além da “resolução das atividades propostas”. Foi nesse momento que a então diretora e pedagoga, que estavam no primeiro ano na unidade, constataram que a questão não era somente no registro, mas sim nas observações e no entendimento das questões sobre o que era oferecido pedagogicamente às crianças.

Para um momento curto, a dupla de professoras escolhidas para realizar uma nova maneira de pensar nos pareceres foi escolhida, vista a compreensão de que o modelo vigente engessava a visão sobre a criança, a disponibilidade em querer fazer diferente e a vontade de refletir e visualizar a infância por uma ótica diferente das que estavam habituadas. Ressaltamos que outras duplas foram consultadas para fazer a escrita numa outra perspectiva, mais ainda por medo negaram e preferiram continuar com o modo que

estavam habituadas. Salientamos que pelo pouco tempo o fato foi respeitado, pois entendemos que o movimento de reflexão também tem que partir do professor e não como imposição da equipe pedagógica.

Para que tal fato aconteça, o professor deve entender a educação infantil, segundo Pasqualini e Lazaretti (2022):

> *[...] a educação infantil passa a ser entendida como um espaço de relações educativo-pedagógicas, centralizadas nas vivências, de forma livre e espontânea, nos processos e nas manifestações naturais das crianças, o que delega novas atribuições ao professor: a) aprender a interpretar processos contínuos, em vez de esperar para avaliar resultados; b) aprender a nada ensinar às crianças, exceto o que elas podem aprender sozinhas; c) aprender a ingressar na estrutura de tempo das crianças, cujos interesses emergem apenas no curso da atividade ou das negociações que surgem dessa atividade; d) aprender a perceber e escutar as crianças e o que demonstram por si. (PASQUALINI E LAZARETTI, 2022. p.70)*

Assim, o professor aprende e reaprende com as crianças, segue as especificidades elencadas por elas e não pelo preenchimento de planilhas e sistemas burocráticos sem a devida finalidade que é a da integralidade da criança no ambiente a qual ela está inserida.

Partindo dessas reflexões, os pareceres da turma do Infantil 5B deixaram de seguir um roteiro estabelecido, pré-determinado, e começaram a exaltar as particularidades das crianças. Focado nas interações, nomes de colegas que se relacionam, exemplo de comportamentos e sentimentos perante as vivências proporcionadas e, acima de tudo, respeito a individualidade de cada uma.

O documento não ficou igual para todas, pois partindo do princípio da singularidade não há como isso existir, o olhar foi aguçado, encarado de que cada um tem a sua história, o seu desenvolvimento e a sua integração perante o que lhe é proporcionado durante as horas passadas no ambiente educativo.

Segue um dos relatos sobre uma criança autista de suporte três:

> *Sua interação com materiais riscantes ainda é bastante sutil, apresentando uma pega quase nula. Apesar disso, João[2] vem desenvolvendo pequenos, mas significativos, avanços no seu processo de desenvolvimento global. Um exemplo disso é sua evolução no parque: no início do semestre, não subia no escorregador nem com auxílio, e atualmente já consegue subir sozinho, demonstrando autonomia crescente e superação de limites. (ARAUCÁRIA, 2025. p. 2)*

O parecer segue para a finalização com a seguinte frase:

> *João percorreu este semestre com leveza, acolhimento e descobertas silenciosas, mas muito significativas. Com seu jeito único de se expressar e se conectar, viveu cada experiência com o olhar atento de quem observa o mundo com encanto e curiosidade. Mesmo em silêncio, ensinou sobre os diferentes modos de se comunicar, de se encantar, de aprender. (ARAUCÁRIA, 2025. p. 3)*

Desta forma, por mais que pareça pouco, observamos um registro pautado na superação dos limites e não no foco das dificuldades, palavras tão frequentes em pareceres, portfólios e relatórios sobre as crianças púbico alvo da educação especial. Poderíamos eleger diversas escritas, pois cada criança é única em personalidade e desenvolvimento, mas as crianças portadoras de alguma característica que as diferem das demais, são constantemente taxadas e exaltadas nas suas dificuldades e não nos seus avanços, por isso esse relato foi escolhido.

Segundo Moraes (2008, p. 108), [...] “o objetivo principal da avaliação consiste na reflexão das ações desenvolvidas tanto pelo aluno como pelo professor, no sentido de qualificar o processo de atividade cognitiva dos envolvidos”. Desta feita, o relato explicitado acima não vem somente para ilustrar o desenvolvimento da criança, mas, para que as professoras possam analisar o que deu certo ou não e aprimorar a sua prática pedagógica vindo ao encontro do que traz significado para a aprendizagem da criança.

Observemos mais um relato sobre uma criança do Infantil 5B:

> *Durante as histórias, Miguel[3] demonstra entusiasmo e deixa sua imaginação fluir, enriquecendo os momentos com suas contribuições. Elementos interativos, como dramatizações e recursos visuais, tornam a experiência ainda mais significativa para ele e seus colegas. No convívio social, Miguel é participativo e sociável, mantendo boas relações com todos. Neste final de semestre, aproximou-se bastante de sua colega Ana[4].*
>
> *Miguel demonstra grande segurança e agilidade na compreensão dos temas abordados. Por vezes, seu entusiasmo em contribuir faz com que ele se antecipe às explicações. Estamos mediando esses momentos para que ele perceba a importância da escuta ativa, equilibrando seu desejo de participar com o tempo de expressão dos colegas. Nas atividades artísticas, continua demonstrando criatividade e prazer em explorar diferentes riscantes e cores. (ARAUCÁRIA, 2025. p. 3)*

O descritivo é sobre uma criança típica, que não necessita de mediação individualizada para a aprendizagem. O relato das docentes deixa claro os percursos realizados, a internalização da criança com as propostas e as mediações necessárias, por exemplo, quando citam a importância em ouvir os colegas. Essas aprendizagens vão além do físico, no caso, atividades concretas e ganham a vertente do social, da vida cotidiana, as relações

interpessoais, ações educativas que também devem ser pontuadas nos planejamentos e ações educativas.

Segundo Moro (2018, p. 71), “o professor deve estar atento às expectativas sobre as crianças, para que estas não contaminem sua observação com aquilo que espera ver as crianças manifestarem”. A autora complementa, ainda, dizendo que “[...] o sentido da avaliação no contexto da educação infantil é a investigação e não o julgamento.” (p. 73). Logo, tendo este olhar ético, afetivo, zeloso e atencioso na hora de observar, certamente os registros irão evidenciar o universo infantil em sua singularidade, respeitando a história, vivências e experiências de cada criança.

Ainda no que acreditamos sobre o desenvolvimento infantil e sobre a atividade de ensino esta como um impulsionador do desenvolvimento mental da criança por meio da aprendizagem, é necessário compreender que qualquer ensino seria inútil se utilizasse somente o que a criança já tem de maduro e desenvolvido. Portanto, qualquer atividade de ensino deve prezar em ser uma fonte de desenvolvimento e uma fonte de aparição de algo novo na questão psicológica, mental e comportamental da criança. Por isso que a atividade de ensino deve ser direcionada pela Zona de Desenvolvimento Iminente, já que

> *[...] sua característica essencial é a das possibilidades de desenvolvimento, mais do que do imediatismo e da obrigatoriedade de ocorrência, pois se a criança não tiver a possibilidade de contar com a colaboração de outra pessoa em determinados períodos de sua vida, poderá não amadurecer certas funções intelectuais e, mesmo tendo essa pessoa, isso não garante, por si só, o seu amadurecimento (PRESTES, 2010, p. 173).*

Sendo assim, reconhecer as atividades mais frutíferas para despertar na criança seu desenvolvimento faz do trabalho educativo, portanto, um instrumento primordial para a formação humana, haja vista que tanto esse trabalho como essa formação não ocorrem no vazio. Desse modo, não se pode presumir que o desenvolvimento da criança ocorre espontaneamente, ou por um processo de "livre-criação" em que não seja necessária a figura guia do docente e as suas ações e reflexões no ato de planejar e avaliar.

Esperamos que no decorrer do próximo semestre, olhares sensíveis, escritas pautadas na individualidade infantil e apreço a infância com seus processos únicos sejam evidenciados nos documentos que norteiam a educação infantil no Cmei ao qual fazemos parte, fazendo com que a criança, a família e principalmente os professores possam registrar e compreender a infância e a mágica que há por traz de todos esses processos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação infantil visto o carater assistencialista que permaneceu, e permanece, no país faz com que muitos ainda a descaracterizem enquanto modalidade da educação e etapa inicial da educação básica. Essa descaracterização não acontece somente com as famílias, mas com as redes de ensino e também por parte de alguns docentes que ainda não visualizam a importancia dessa etapa para a criança e que o seu papel de professor é fundamental para esse fim.

Conclui-se, portanto, que na Educação Infantil o professor atua como o elo insubstituível entre a curiosidade inicial da criança e o saber elaborado. Nessa etapa, a transposição do conhecimento científico, artístico e filosófico exige uma sensibilidade ímpar para converter o saber objetivo em vivências, brincadeiras e interações significativas. O docente, detentor de uma visão sintética da realidade, deve organizar os tempos e espaços escolares para que a criança transcenda o 'aqui e agora'. Desta forma, o cmei cumpre sua função social ao permitir que, desde a tenra idade, as crianças iniciem seu movimento de ascensão cultural, saindo de uma visão caótica da realidade para uma compreensão cada vez mais estruturada e humana.

Dessa forma, na especificidade da Educação Infantil, o estudo aprofundado, a reflexão sobre a prática e a observação sensível das crianças são condições imprescindíveis para a efetividade da práxis educativa. É urgente que os processos pedagógicos nessa etapa deixem de ser meramente burocráticos ou assistencialistas e assumam a intencionalidade necessária para promover a omnilateralidade do desenvolvimento infantil. O ato educativo deve, portanto, ser revestido de uma contextualização que respeite a criança como sujeito histórico e de direitos. Ao fazer isso, o professor garante que a rotina escolar não seja uma repetição mecânica, mas

sim um ambiente rico e planejado para que a criança desenvolva todas as suas potencialidades humanas.

Assim, agir por meio de ações organizadas cotidianamente e cuidadosamente descritas no planejamento, estas acompanhadas de um olhar sensível e individual na avaliação constante dos bebês e crianças se faz necessario para que o instrumento denominado Parecer Descritivo não seja algo estritamente burocrático e sim, seja um caminho para alcançar uma educação que contribua na formação de cidadãos críticos e conscientes.

Ainda sonhar e realizar um processo formativo que defende as infâncias, valoriza os percursos, respeita as diversidades, abre possibilidade para o novo e faz a diferença no mundo em que se está inserido, este deve ser o proposito esperado pelos envolvidos pela educação, principalmente a educação infantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUCÁRIA, Prefeitura Municipal. **Lei nº 3820/2021. Promulgada em 27/12/2021.** Altera o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro Específico do Magistério de Araucária, instituído pela Lei nº 1835/2008; e dá outras providências. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-araucaria-pr. Acesso em 09/07/2025.

ARAUCÁRIA, Prefeitura Municipal. **Resolução CME/Araucária nº 11/2021.** Institui Normas para Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino de Araucária. 2021.

ARAUCÁRIA, Prefeitura Municipal. **Educação infantil: da teoria à prática pedagógica: planejamento e avaliação.** Araucária, 2023.

CLARO, Nássara Regina; COSSETIN, Márcia. **Avaliação da aprendizagem na educação infantil: discussões a partir do currículo para a rede pública municipal de ensino de Cascavel – PR.** In: ZOIA, Elvenice Tatiana; PASQUALOTTO, Lucyelle Cristina; COSSETIN, Márcia. **Educação infantil: em defesa de uma formação humanizadora em tempos de lutas e resistências.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

LAZARETTI, Lucinéia Maria. PASQUALINI, Juliana Campregher. **Que educação infantil queremos? Um manifesto em defesa da educação escolar para crianças pequenas.** Bauru, SP: Mireveja. 2022.

LAZARETTI, Lucinéia Maria. MELLO, Maria Aparecida. **Como ensinar na educação infantil? Reflexões sobre a didática e o desenvolvimento da criança.** In: PASQUALINI, Juliana Campregher; TEIXEIRA, Lucas André; AGUDO, Marcela de Moraes. **Pedagogia histórico–crítica: legado e perspectivas.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

MARTINS, Lígia Márcia. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica.** Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

MORO, Catarina. **Educação Infantil: construção de sentidos e formação.** Catarina Moro, Gizele de Souza, organizadoras. 1ª edição. NIEPIE/UFPR, Curitiba, 2018.

PERALTA, Swelen Freitas Gabarron. **As diretrizes municipais de educação em Araucária-Paraná: uma análise a luz da pedagogia**

histórico-crítica. 2024.146f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2024

PRESTES, Zoia Ribeiro. **Quando não é quase a mesma coisa: Análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil, repercussões no campo educacional.** Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica Primeiras Aproximações.** Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica na atualidade. Entrevista concedida a Newton Duarte. **Colloquium Humanarum,** Presidente Prudente, v. 16, n. 2, p.4-12, abr./jun. 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Infância e pedagogia histórico-crítica.** *In.*GALVÃO, Ana Carolina (org). **Infância e pedagogia histórico-crítica.** Campinas, SP: Autores Associados, 2020.

SOUSA, José Vieira de. **Abordagens metodológicas no estudo de políticas educacionais: O caso do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília (2010-2012).** *In:* CUNHA, Célio da. SOUSA, José Vieira de, SILVA, Maria Abadia da. **O método dialético na pesquisa em Educação.** Campinas, SP: Autores Associados. 2023.

---

[1] A Lei nº 3820/2021 altera o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) do Quadro Específico do Magistério, instituído pela Lei nº 1835/2008, principalmente focando em melhorias e reenquadramento para os professores, incluindo a regulamentação de promoções por qualificação e a inclusão da hora-atividade de

33,33% na jornada de trabalho dos docentes, visando adequar os direitos e a estrutura de carreira dos educadores do município que por meio desta passaram a ser designados como professores de educação infantil, com carga horária de 40 horas semanais.

[2] Nome fictício para preservar a identidade da criança.

[3] Nome fictício.

[4] Nome fictício.